

Mobilização Salarial 2007

O SINDIFISCAL já iniciou as reuniões prévias, pensando no reajuste salarial para o ano de 2007. Precisamos e vamos batalhar pelo incremento ao valor disponibilizado pelo governo no orçamento. É necessário que toda a categoria: ativos, AFRE'S e AF'S, aposentados e pensionistas, junto com a Diretoria, se mobilizem para a revisão da tabela de subsídios e do valor do ponto de produtividade para os não optantes. Nossa luta passa também pela mudança do teto remuneratório, hoje limitado ao subsídio do governador, e o limite único pretendido pela carreira é do subsídio mensal do desembargador. É uma questão de justiça! A exemplo dos Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, que já tiveram reconhecidos esse direito, nós e outros Estados junto com a Fenafisco estamos engajados nesta luta. Vamos à nossa luta. Mobilização sempre é a nossa bandeira.

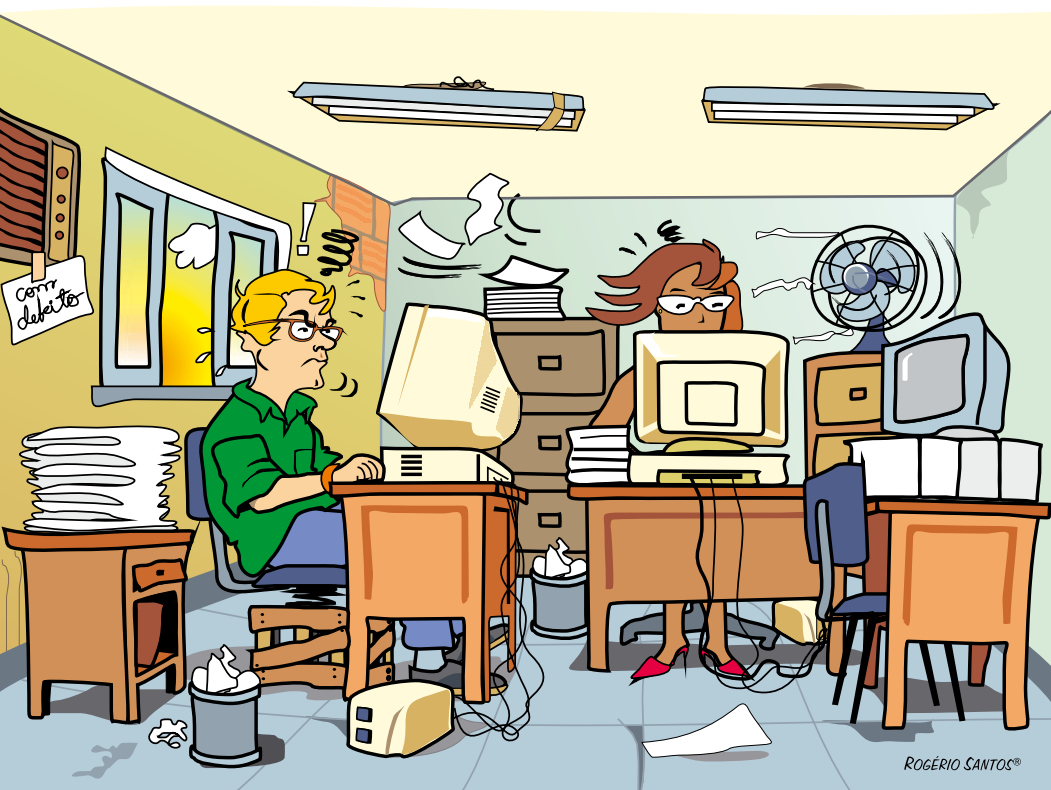
O retrato do Fisco na arrecadação de ICMS do ES

MÊS	2005	2006	VARIAÇÃO %
Janeiro	360.774.428	416.238.261	11,54%
Fevereiro	339.569.035	394.898.138	11,63%
Março	355.387.827	366.230.400	10,31%
Abril	387.299.025	427.142.560	11,03%
Maiο	374.056.805	373.919.217	10,00%
Junho	386.215.181	410.689.470	10,63%
Julho	374.253.577	409.200.771	10,93%
Agosto	366.003.425	414.055.549	11,31%
Setembro	404.380.487	436.319.277	10,79%
Outubro	394.112.030	440.694.737	11,18%
TOTAL	3.742.051.819	4.089.388.380	10,93%

Fonte: Site da Sefaz e Diário Oficial do ES de 30/11/2006 – página 20

Parabéns a todos os agentes do Fisco Estadual e a todos os agentes econômicos que juntos trabalham pelo desenvolvimento do Estado do Espírito Santo!

Legitimar um serviço público de qualidade pressupõe condições de trabalho dignas



Workshop:
Ética e qualificação em debate
Página 4

Turma da Sefaz no Empretec
Página 5

Notícias do Jurídico
Página 6

Relatório de visita aos
locais de trabalho
Páginas 7,8,9 e 10

Coluna do Fiscal
Página 11

Cronograma de Pagamento 2007
Página 16

Ética, segundo o Dicionário Aurélio: “Estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja, relativamente, a determinada sociedade, seja de modo absoluto”.

Quando se trabalha a valorização profissional de uma categoria, é ponto de partida citar a ética. E ela tem sido uma busca incessante da Diretoria do SINDIFISCAL, não meramente no seu conceito mais simples, mas na busca de valores a que se refere mestre Aurélio.

A verdadeira ética do bem e “relativa à determinada sociedade”, tem como parâmetro não apenas a individualidade, muito ao contrário, ela deve primar pela busca de valores que agreguem, que fortifiquem os fragilizados, que corrijam distorções coletivas ou isoladas, que busquem o aperfeiçoamento do todo, que ensejem e propiciem a confiança, a lealdade e a amizade. Valores que façam vir à tona o que há de melhor em cada profissional, em cada ser humano, em cada um de nós.

Trazendo esses conceitos para a nossa Secretaria da Fazenda, verificamos sem muito esforço que no quesito “ética” precisamos, e muito, revisar os nossos conceitos.

Consideramos um grande avanço dentro desse nosso pensamento a criação da Corregedoria Fazendária. E não vamos aqui fazer apologia ao corporativismo, muito pelo contrário, queremos ver uma corregedoria atuante, ordeira, democrática, que avalie com absoluta isenção qualquer desvio de conduta. Terá todo o nosso apoio, desde que obedeça fielmente todos os trâmites legais: do direito civil, do direito administrativo, do direito penal, e, acima de tudo, que ofereça ao investigado o amplo e total direito de defesa, e que não produza qual-

quer tipo de cerceamento, pois aí, estaremos prontos para a busca da justiça, inclusive a nulidade dos atos.

Agora voltamos ao conceito mais amplo, aquele que vai além da investigação de desvios individuais. Entendemos sim, como papel relevante da corregedoria, o trabalho investigativo das falhas, hoje existentes, na estrutura administrativa da Sefaz.

O porquê das insatisfações isoladas ou coletivas, do emperramento da máquina gerencial, da situação caótica dos postos fiscais de fronteira, no que diz respeito à infraestrutura e pessoal, o não cumprimento de leis na questão da ascensão funcional e profissional, a inadequada distribuição do quadro de auditores e a sub-utilização do quadro fazendário-TAF; o porquê do altíssimo volume de processos fiscais parados na primeira instância; da ausência de treinamento permanente focado no exercício da atividade, da tímida cobrança da Dívida Ativa e dos processos fiscais não contenciosos; o porquê do excesso de comissionados extra grupo TAF dentro da Sefaz; o porquê da preocupação manifestada por agentes fazendários na questão de pessoal – quadro terceirizado; o porquê da total ausência de auditores fiscais na sub-secretaria de finanças; o porquê de tanto belicismo entre chefia e subordinados imediatos.

Essas, entre outras, são perguntas que não vão calar. Com algumas delas resolvidas, e se possível todas, a palavra “ética”, dentro da SEFAZ deixará de ser apenas uma palavra, e entrará certamente num patamar muito acima das, até então, punições individuais.

Essa busca continuará sendo uma bandeira de nossa diretoria. O que almejamos é tão somente a nossa Secretaria funcionando com eficiência e respeito entre administradores e administrados. Aí estará fortificada e sedimentada a verdadeira ética. O resto é qualificação do mal de maneira absoluta.

SINDIFISCAL-ES

Sindicato do Pessoal do Grupo TAF no ES

Rua General Osório, 83 - salas 407 a 410
Centro - Vitória - ES - Cep 29028-900
Tel.: (27) 3200-2585
e-mail - fisco@sindifiscal-es.org.br
<http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 272394410001/05

Diretor Presidente

Júlio César Camilo Muniz
Vice-Presidente - Délio Cassiano Borges Castelo

Subsedes

Cachoeiro - Praça Jerônimo
Monteiro, 21 - sala 101 - Centro
Tel.: (28) 3521-7630/7629
e-mail - sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br
Colatina - Av. Getúlio Vargas, 183- Ed. Prolar,
2º andar - Centro - Tel.: (27) 3721-1724
e-mail: colatina@sindifiscal-es.org.br

Edição Trimestral

Out/Nov/Dez

Jornalista

Adriana Nobre
Reg. MTB 01718 JP-ES

Colaboração

Paula Zanoni
Estagiária de Jornalismo

Projeto Gráfico e Fotelito
Oficina de Letras Comunicação
3222-6955 / 3323-6004

Impressão

Artgraf - 3223-6588

“O conteúdo das matérias publicadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindifiscal e os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores.”

Aprovado o Projeto do Supersimples

O projeto de lei que cria o Supersimples foi aprovado pelo Plenário da Câmara. Os deputados acataram, por 323 votos a favor e nenhum contra, o parecer do relator da matéria na comissão especial, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-SP). O projeto irá à sanção presidencial.

O Supersimples é um regime diferenciado de tributação para as micro e pequenas empresas em relação aos tributos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Além dos benefícios tributários, o projeto prevê ainda a adoção de facilidades de acesso ao crédito, diminuição da burocracia e preferências nas licitações públicas. Esse tratamento diferenciado abrange também obrigações previdenciárias a cargo do empregador.

Poderão recolher o tributo único as microempresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240 mil, assim como as empresas de pequeno porte com receita bruta anual superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.

Entre as emendas aprovadas está a que estabelece o início da vigência do novo sistema em 1º de julho de 2007 e não mais em 1º de janeiro do próximo ano. A mudança foi feita a pedido da Secretaria da Receita Federal e dos fiscos estaduais para que seja possível a implantação de um sistema específico para o controle e a fiscalização do novo regime.

O projeto estabelece a criação de um Comitê Gestor, responsável por administrar os tributos envolvidos no Supersimples. O comitê deverá ser composto por: dois representantes da Secretaria da Receita Federal e dois representantes da Secretaria de Receita Previdenciária, pela União; dois dos Estados e do Distrito Federal e dois dos Municípios, para tratar dos aspectos tributários, cabendo a presidência a um representante da União. Prevê também, a criação de um Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor, para tratar dos demais aspectos.

Os representantes dos Estados e do Distrito Federal serão indicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); os dos municípios serão indicados, um pela entidade representativa das Secretarias de Finanças das Capitais e outro pelas entidades de representação nacional dos Municípios Brasileiros.

O novo imposto será recolhido com um único documento de arrecadação e valerá como pagamento dos seguintes tributos: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). O ICMS e o ISS também são abrangidos pelo Simples Nacional, com algumas exceções. O mesmo ocorre com a contribuição para a Seguridade Social a cargo da pessoa jurídica, que tem como exceções 16 tipos de serviços.

Alíquotas

As alíquotas, tanto para as microempresas quanto para as de pequeno porte, variam de acordo com 20 faixas de enquadramento da receita bruta em 12 meses e de acordo com o tipo de empreendimento. Para o comércio, a menor faixa, de receita bruta até R\$ 120 mil, pagará 4% de imposto; a maior faixa, com receita bruta de um centavo acima de R\$ 2,28 milhões a R\$ 2,4 milhões, pagará 11,61%.

No caso da indústria, as alíquotas variam, nas mesmas faixas, de 4,5% a 12,11%.

Para o setor de serviços, o projeto institui três tabelas. A primeira, válida para atividades como creche, pré-escola, agências de turismo ou agências

lotéricas, impõe tributação de 6% a 17,42%. A segunda tabela, para serviços como produção cultural e artística, transporte municipal de passageiros e escolas de línguas, terá alíquotas de 4,5% a 16,85%. A terceira tabela, destinada a serviços como academias, elaboração de softwares e escritórios de contabilidade, apresenta alíquotas diferenciadas segundo a relação proporcional de profissionais contratados e a receita bruta anual. As alíquotas podem variar de 4% a 13,5% nas 20 faixas de tributação para as empresas cujo custo com a folha de salários seja maior ou igual a 40% da receita. Para as empresas com percentuais menores, há outros três índices de tributação

(14%, 14,5% e 15%), válidos para qualquer faixa. A cada mês, o contribuinte deverá somar as receitas brutas dos últimos doze meses e verificar em que faixa se enquadra para pagar o tributo com a alíquota correspondente.

Se a micro ou pequena empresa ultrapassar, no ano de início de atividades, o limite de R\$ 200 mil de receita bruta multiplicado pelo número de meses em funcionamento nesse período, ela será excluída do Simples Nacional, com efeitos retroativos ao mês de início de suas atividades. O projeto permite, entretanto, que a retroatividade não seja aplicada se o excesso de receita não for superior a 20% desse limite.

Até R\$ 36 mil anuais

Para o empresário individual com receita bruta anual no ano anterior de até R\$ 36 mil, o estatuto concede outros benefícios por dois anos, como contribuir para a Seguridade Social com alíquota menor (11%), dispensa de pagamento do salário-educação e do imposto sindical

e dispensa do pagamento de contribuições na demissão sem justa causa e da contribuição adicional sobre a remuneração do empregado. O empresário enquadrado nessa situação também não precisará pagar as contribuições às entidades privadas de serviço social (Sistema S).

Os sérios defeitos do Supersimples

- Fim da autonomia dos Estados em relação a parte dos contribuintes do ICMS;
- Estados perdem a competência plena para legislar, arrecadar e fiscalizar – regulamentação pelo Comitê Gestor;
- Arrecadação: Comitê Gestor definirá a forma; os bancos repassarão o produto da arrecadação aos entes federados;
- Fiscalização: competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; entretanto os Municípios dependerão de convênios, exceto em relação à prestação de serviços;
- Consultas em relação a tributos de competência estadual: responsabilidade dos entes federados;
- Contencioso Administrativo – cabe ao Órgão do ente federativo que efetuar o lançamento;
- Abre caminho para a federalização do ICMS, já que os Estados perdem o controle pleno sobre os contribuintes de ICMS;
- Pode ocorrer perda de receita do Estado;
- O Estado não terá arrecadação de ICMS sobre os serviços, principalmente transporte.

Workshop

Ética e qualificação em debate

Fonte: Fenafisco

Representantes do fisco estadual de todos os estados brasileiros se reuniram em São Luís, nos dias 6 e 7 de dezembro, no workshop “Aspectos da Ação Fiscal Estadual”, realizado no Rio Poty Hotel. As diretoras Marlene Muniz e Fátima Gouvêa participaram do evento representando o Sindifiscal. O encontro nacional esteve pautado em temas como Ética na Administração Tributária, Qualificação Técnica do Fisco, entre outros. Na palestra de abertura do evento, o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Rogério Macanhão, expôs um diagnóstico da ação fiscal no país, elaborado a partir de informações repassadas pelos sindicatos da categoria nos estados.

Na abertura solene do workshop, na manhã do dia 6, compuseram a mesa, além de Rogério Macanhão, a presidente do Sintaf/MA, Francisca das Chagas Barbosa Lima, a secretária municipal de Fazenda, Sueli Bedê (que representou o prefeito de São Luís, Tadeu Palácio), o secretário de Estado da Fazenda, José Azzolini (que representou o governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares), e o presidente do Conselho Fiscal do Sintaf/CE, Liduino Pinto. “Além da satisfação que temos de sediar um evento como esse, de abrangência nacional, é uma oportunidade para o Maranhão debater com os demais estados temas de grande importância, a exemplo da qualificação profissional, que tem sido uma das preocupações do governo estadual nos últimos quatro anos”, disse o secretário de Fazenda, José Azzolini.

Promovido pela Fenafisco com apoio do Sintaf/MA, o workshop “Aspecto da Ação Fiscal



A mesa da Abertura Solene do Workshop foi composta pelas principais autoridades do Fisco Nacional e local

Estadual” foi o primeiro evento do gênero realizado na capital maranhense. Participaram cerca de 150 representantes do fisco nacional, além de servidores do Maranhão, unidos na proposta de discutir e trocar experiências que levassem à melhoria das ações que envolvem a fiscalização de tributos no país.

“Este encontro é de suma relevância para o futuro da ação fiscal no país”, ressaltou Rogério Macanhão, que proferiu a primeira palestra do encontro. Em sua fala, o presidente da Fenafisco relatou uma série de dados que retratam a situação do trabalho fazendário no Brasil. Um dos pontos destacados por ele foi a segurança nos postos fiscais. Segundo o levantamento da Fenafisco, o apoio policial é inexistente no Maranhão e em Goiás e precário na maioria dos demais estados. Já a pouca manutenção dos postos fiscais foi um problema detectado em 11 estados.

O relatório da federação detalhou ainda aspectos sobre escala de serviço, lançamento do crédito, problemas de remuneração, infraestrutura, entre outros.

Capacitação de monitores

A preparação workshop “Aspectos da Ação Fiscal Estadual” começou no dia 2 de novembro com a capacitação de facilitadores para coordenar os grupos de trabalhos. Cerca de 20 representantes de sindicatos filiados à Fenafisco foram treinados durante três dias (2, 4 e 5) com a finalidade de otimizar as discussões em equipes e garantir resultados concretos ao final do evento.

Durante esse período preparatório, um dos destaques foi a palestra ministrada, no dia 5, pelo consultor da Escola Fazendária de Brasília e professor Vasco Branco Guimarães. Em sua explanação, ele abordou temas variados como questões relativas à redução da carga de tributos e Reforma Tributária.

Sobre a possibilidade e buscar uma política tributária ideal para Brasil, Vasco acredita que a questão deva partir do ciclo

básico, ou seja criar condições adequadas para o recolhimento e associá-las a uma fórmula correta de distribuição. “Os diagnósticos atuais apontam para um ponto de ruptura da política tributária, daí a necessidade da Reforma. Se é possível fazê-la? Acredito que sim, mas é preciso que se chegue a um modelo que seja viável e eficaz. Política tributária não se pode fazer com o coração e sim com a cabeça”, analisou o consultor.

Nota eletrônica

Os trabalhos realizados no primeiro dia prosseguiram com a palestra “Ação Fiscal Contemporânea”, proferida pelo auditor fiscal Newton Guaraná, do Rio Grande do Sul. O principal assunto abordado foi a instituição da nota fiscal eletrônica (NF-e), que, segundo o palestrante, “deverá banir o modelo em papel muito em breve e representar um salto tecnológico significativo no trabalho de fiscalização tributária”. O Maranhão é um dos estados onde o sistema está sendo testado.

“A partir da nota eletrônica, o sistema de fiscalização será online e concluído em poucos segundos”, frisou Newton Guaraná. Outros benefícios da NF-e apontados por ele foram a redução do tempo de parada da mercadoria em trânsito nos postos fiscais e a redução na possibilidade de fraude.

Lei e ética

Na palestra seguinte, proferida pelo auditor Fabiano Nau, de Santa Catarina, foi abordada a nova Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT). Elaborado pela Fenafisco, o anteprojeto da LOAT teve aprovação da categoria e visa o fortalecimento do fisco sob diversos aspectos. Um dos pontos destacados pelo palestrante foi criação de uma identidade nacional para a classe - uma carreira única com a nomenclatura de auditor fiscal. Outros tópicos previsto na lei é o direito à autonomia orçamentária e a independência funcional da categoria.

Ainda na manhã do dia 6, foi exposto um dos temas mais importantes do workshop, a “Ética na Administração Tributária”. A palestra proferida pelo auditor Valdeblan Siqueira abordou o assunto de forma precisa, um convite à reflexão. “A ética não pode ser apenas um discurso bonito, mas algo adotado na prática, no dia-a-dia do trabalho fiscal”, frisou o palestrante, que ressaltou a importância de haver a busca de esclarecimento rigoroso para casos de desvio de conduta da categoria.

Ao final da palestra, a presidente do Sintaf/MA, Francisca das Chagas Lima, destacou a importância do evento no Maranhão. “Pela primeira vez o nosso estado reúne tantos representantes do fisco nacional em um mesmo evento. Esperamos que essa troca de experiências ajude para o fortalecimento e melhoria das ações fiscais no país sob diversos aspectos”.

Turma da Sefaz no Empretec

A turma do Empretec formada pelo grupo da Secretaria da Fazenda terminou o curso no último dia 29 de novembro, com muita festa e comemoração por parte dos empretecos. O motivo principal é que essa turma conseguiu o segundo melhor resultado em vendas do ano, de todas as turmas do Empretec do estado. Com uma arrecadação em torno de 21.700 mil, eles receberam os parabéns por parte da Esesp e das facilitadoras do Empretec, Denise e Luci. Os responsáveis pelo sucesso foram: Adênís Melquíades, André Santana, Andréia Cristina, Écio Ramos, Elcio Uliana, Getúlio Pimentel, Gustavo de Souza, Idalina Motta, José Luminato, Lorrane Britto, Manoel Bernardo, Marco Antônio do Espírito Santo, Marconi Machado, Gorete Peterle, Neunete de Sales, Paulo César Souza, Paulo Gomes, Paula Zanoni, Sandra Nobre, Thiago Venâncio, Valquimar Raasch, Walter Campos e o colega do IEMA, Álvaro Bridi. Renovados acerca de seus comportamentos perante a Secretaria da Fazenda, esse grupo com certeza trará nova vida às suas atividades diárias, e contaminará a Sefaz com o espírito empreendedor. Esse curso, fechado para os servidores da Sefaz, foi uma iniciativa do SINDIFISCAL, em parceria com a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP), tendo o apoio do Secretário da Fazenda José Teófilo.

A princípio, não imaginei que o curso seria da magnitude que foi. Ele mexe com o comportamento das pessoas levando-nos a sair da chamada "zona de conforto", para uma postura de pró-atividade. A Administração Pública, em geral, só tem a ganhar com a participação dos servidores.

Paulo César Souza

O curso Empretec foi excelente. As facilitadoras Denise e a Luci foram fantásticas na apresentação das características de comportamento empreendedor e nas dinâmicas de grupo. Foi um curso muito puxado, com vários trabalhos extra-classe, que a turma pegou firme e deu conta do recado. Eu adorei o curso e tenho certeza que vou usá-lo muito no meu dia a dia.

Walquimar Rasch

O curso estimula o conhecimento de nossa própria capacidade, nos faz superar nossos limites. Eu recomendo a todos.

Gustavo Lopez de Souza

Gostei muito do curso. Apesar de estar voltado para o empreendedorismo, mexe muito com o lado pessoal. Ele te faz reavaliar conceitos, hábitos, relacionamentos interpessoais. Contribui para o crescimento individual.

Lorrane Demarchi de Brito



O curso foi muito importante, e eu recomendo a quem tiver oportunidade, que não deixe de fazê-lo. É um curso bem elaborado, e te dá ferramentas para o bom desempenho de atividades profissionais. A ênfase é no comportamento do indivíduo, trabalhando a harmonia nas relações interpessoais.

Marconi Albuquerque Machado

Foi excelente a iniciativa do SINDIFISCAL e a colaboração do Secretário José Teófilo, em possibilitar aos servidores da Sefaz, a participação no curso Empretec. A dinâmica adotada no treinamento melhora o comportamento do servidor e a qualidade da administração pública. Eu recomendo aos demais colegas do Serviço Público.

Getúlio Ramos Pimentel



Programa Estadual de Educação Tributária comemora resultados

Em maio de 1996 o programa foi apresentado na reunião do Confaz e em setembro do mesmo ano os demais estados da federação assinaram convênio de cooperação para utilizar o kit de material didático. Surgiu assim o Programa Nacional de Educação Tributária – coordenado inicialmente pelo Estado e atualmente pela ESAF.

No Espírito Santo o Grupo Estadual de Educação Tributária era formado inicialmente pela SEFAZ e SEDU. A partir de 2004 uniram-se ao grupo a Secretaria da Receita Federal e o Ministério Público Estadual. A coordenação fica por conta da Sefaz, representada pela Subgerente de Educação Tributária Rozeima de Souza Tavares de Alvarenga.

Resultados

Desde a criação do Programa em 1992 até julho de 2006 o Programa de Educação Tributária acumula os seguintes números:

- 1.250 escolas atendidas
- 6.000 professores capacitados*
- 285.000 alunos

* Não estão incluídos os professores e alunos que foram capacitados pelos próprios Grupos Municipais de Educação Tributária.

* Além das ações acima mencionadas, a Educação Tributária, também é trabalhada no Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que desde 2005 vem sendo desenvolvido pela Controladoria Geral da União-ES em parceria com a Sefaz e Ministério Público do Espírito Santo.

Ações nos Municípios

Segundo a coordenadora o programa atua em todos 78 municípios do estado. Além de atuar nas escolas, o grupo também capacita os servidores dos Núcleos de Atendimento ao Contribuinte – NAC.

Os NAC's são "braços" da Sefaz nos municípios, com o fechamento de muitas agências no interior os núcleos passaram a ser uma referência para os contribuintes. Os servidores do NAC são orientados para auxiliar os produtores rurais na emissão de nota fiscal, assim como conscientizar sobre a importância da mesma para o crescimento do município.

Rozeima destaca que a maioria dos municípios que trabalham a Educação Tributária aumentaram seu índice de participação do ICMS. E que muitos já institucionalizaram o programa através de lei municipal, é o caso dos municípios da Serra, Santa Tereza, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Vila Valério, Brejetuba, Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Colatina, São Gabriel da Palha, Vila Pavão e Santa Leopoldina.

A ação nos municípios consiste na realização de seminários para os agentes públicos (prefeitos, vereadores e lideranças), criação dos

Grupos Municipais de Educação Tributária e capacitação para professores, que aprendem sobre Orçamento Público, Documentos Fiscais, Evasão e Sonegação Fiscal, Cidadania e Índice de Participação dos Municípios no ICMS/IPM, entre outros temas. Após desenvolverem o projeto na sala de aula, os professores apresentam o relatório de atividades desenvolvidas e recebem um certificado. Todo treinamento e material utilizado são gratuitos.

"Nos municípios de Vila Pavão e Serra, os Grupos Municipais de Educação Tributária já elaboraram material próprio", comemora a coordenadora.

Ascensão Funcional Complementar

O SINDIFISCAL em conjunto com a servidora Marisa Hemerly Rainha formulou uma consulta a Procuradoria Geral do Estado - PGE sobre a ascensão funcional complementar de que cuidam a Lei Complementar nº 303/2004 e a Portaria nº 15-R, de 26/04/2006.

A PGE em resposta encaminhou ao sindicato o PARECER/PGE/SCA/Nº 1957/2006, assinado pelo procurador Antônio Júlio Castiglioni Neto e aprovado pela Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos.

O processo de ascensão complementar visa preencher as 04 (quatro) vagas existentes no nível III do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, não ocupadas por ocasião da última ascensão funcional promovida pela Sefaz.

Em síntese, entende a PGE que poderão se candidatar ao processo de ascensão complementar tanto os Auditores Fiscais ocupantes do nível I, quanto os do nível II, dentre estes até mesmo aqueles que ascenderam recentemente, por ocasião do último processo de ascensão promovido pela Sefaz, ao argumento de que a lei "...dispensa o preenchimento dos requisitos arrolados no artigo 16 da Lei Complementar nº 16/92, na forma prevista pelo artigo 40-A, parágrafo único, seja para ocupantes de nível I ou do nível II, como forma de imprimir isonomia ao certame e tendo em vista o interesse público, consubstanciado na maior pluralidade possível de candidatos".

Quanto à pontuação conferida àqueles que tenham ocupado cargo comissionado, se pronuncia a PGE advertindo que "...poderá haver pontuação desde que seja ofertada prévia fundamentação pela Secretaria, esmiuçando o nexo de pertinência entre essa condição (exercício de cargo comissionado) e as atribuições do cargo que se pretende preencher. (...). Para tanto, imprescindível o detalhamento das atribuições funcionais do AFRE III e dos cargos comissionados para que se possa aferir essa pertinência". E arremata a questão afirmando que, se "...a participação nos cursos se deu em virtude de escolha subjetiva da autoridade hierárquica superior, inegável que essa desigualdade injustificada não merece ser eternizada, devendo ser afastada a sua utilização em processo de promoção."

Quanto a pontuação conferida aos treinamentos oferecidos pela Sefaz, ressalta ser imprescindível que se comprove previamente a plena acessibilidade aos mesmos, devendo ser aferido se a todos foram ofertados, em condições isonômicas.

Por fim, quanto aos cursos ofertados por outros órgãos públicos, a conclusão a que chegou a PGE é que a escolha se insere no âmbito da discricionariedade do agente público, a quem compete eleger uma opção, dentre as várias que lhe sejam apresentadas pela lei, optando por aquela mais conveniente e oportuna ao interesse público, não estando, portanto, obrigado a acolher cursos distintos daqueles ofertados pela Sefaz.

Tribunal de Justiça não reconhece direito à irredutibilidade do Fisco Estadual

A categoria fiscal lamenta que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo tenha denegado a segurança pleiteada

nos autos do processo nº 100040001933, não fazendo justiça em relação ao direito de não sofrerem a incidência do teto remuneratório, que já vem sendo reconhecido pelos Tribunais do país inteiro, inclusive o Supremo Tribunal Federal.

A ação foi patrocinada pelo advogado e professor paulista, Dr. Marcio Cammarosano, juntamente com a assessoria jurídica do SINDIFISCAL.

O relator do processo foi o Desembargador Anibal de Resende Lima, que não acolheu a tese da irredutibilidade para aqueles que já percebiam acima do Governador do Estado quando da entrada em vigor a Emenda Constitucional nº 41/2003, sob a alegação de que as vantagens pessoais não podem ser excluídas para fins de imposição do limite remuneratório (o que sequer foi pedido no processo), e de que não houve redução de vencimentos, proventos e pensões dos servidores substituídos, no que foi acompanhado pela maioria dos Srs. Desembargadores.

O Desembargador Alinaldo Faria de Souza, ao pedir vista dos autos, foi o único a proferir voto em sentido contrário, tendo demonstrado com absoluta convicção, que o Tribunal estava desconsiderando seus precedentes recentes sobre a matéria, bem como a decisão do STF no processo MS 24875, que reconheceu que a EC 41/2003 não pode alcançar situações já consagradas, sob pena de ameaçar a segurança jurídica, instrumento indispensável à prática da justiça e da democracia, e reduzir proventos garantidos por cláusula pétrea (princípio da irredutibilidade).

O brilhante e independente voto, ainda que solitário, proferido pelo Desembargador Alinaldo Faria de Souza, ecoa no coração daqueles que amam a justiça, por isso é que o SINDIFISCAL, em nome de todos os seus filiados, parabeniza o eminente magistrado, cuja manifestação fortalece a convicção quanto ao direito legítimo e legal de toda a categoria, que irá buscar justiça em instâncias superiores, na certeza de que irá encontrar outros ALINALDOS, afinal de contas, são direitos conquistados ao longo de 30, 35 ou mais anos, incorporados legalmente aos seus vencimentos, proventos e pensões, com ética, competência e dedicação.

Apesar do equívoco contido na r. decisão, acolhemos e respeitamos as decisões emanadas do Poder Judiciário.

Cabe aqui um registro de agradecimento aos colegas Jair Gomes da Silva e Vandir de Souza, que acompanhados do assessor jurídico do SINDIFISCAL, Dr. Gilmar Lozer Pimentel, no decorrer de quase 3 (três) anos de trâmite do processo junto ao Tribunal de Justiça, buscaram, de forma incansável, sustentar junto aos Desembargadores o direito da categoria à irredutibilidade de seus vencimentos, proventos e pensões.

Perdemos apenas a discussão inicial, a luta continuará em instâncias superiores, onde estamos convencidos e esperançosos de que será revista a decisão que nos foi contrária.

Subteto salarial

O subteto, conforme disposição da Emenda Constitucional nº 41 que refere-se ao subsídio do governador do Estado, foi fixado para o exercício de 2007 em 12.168,00 (doze mil cento e sessenta e oito reais).

Relatório de Visita aos Locais de Trabalho

Período outubro e novembro/2006

A realidade dos postos fiscais, mostrada na última edição do "AÇÃO FISCAL", despertou na categoria a importância de registrar as dificuldades encontradas nos seus locais de trabalho. A partir dessa constatação, o Sindifiscal realizou visitas a diversos locais, dando voz a todos os fiscais e auxiliares fazendários que quiseram se manifestar, acerca das condições de seu local de trabalho. Os problemas encontrados, de uma forma geral são os mesmos em toda a Sefaz, no que se refere à infra-estrutura e capacitação, o que os torna concretos, e dignos de serem resolvidos pela administração. Dessa forma, registramos os problemas relatados que mais incomodam cada setor.

PARECERISTAS – Muitos processos, pouco incentivo

O número de processos, atualmente, cresce em proporção inversa ao número de pareceristas. Não existem livros doutrinários e nem há uma uniformidade de pensamento sobre a legislação na Sefaz, sendo distribuído para os pareceristas qualquer tipo de processo. Além disso, não podem estipular metas, porque existem processos mais complexos, com mais de mil páginas, que levam muitos dias para serem analisados. Destacam que o resgate dos seminários que eram realizados antigamente seria um ponto a favor para que houvesse interação e interpretação harmônica da legislação. Todos esses relatos convergem em um só grande problema: a falta de pessoal. Sem efetivo eles não conseguem acompanhar o crescimento na quantidade de processos. Vale registrar que a grande quantidade de livros que a diretoria do sindicato viu sobre as mesas dos pareceristas foram todos comprados com recursos próprios. Os depoimentos e dados extraídos do relatório das Atividades Gerências Tributárias de 2005, revelam uma queda significativa na produção de pareceres entre 2003, com 1267 processos e 2005, com 644, período em que a rotina de trabalho dos pareceristas mudou.

SOT – SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TRIBUTÁRIA – Falta local adequado

No SOT, foi registrada uma deficiência na iluminação da sala, e a falta de um local isolado do ruído, possibilitando que os telefonemas sejam atendidos com tranquilidade. Os móveis são muito antigos, e para quem fica a maior parte do tempo sentado, atendendo telefonemas, as cadeiras não são adequadas e acabam por causar problemas na coluna. Por ficarem muito tempo ao telefone, sugeriram equipamentos no modelo de headseats de melhor qualidade. Isso agilizaria o serviço dos fiscais, que precisam atender ao

telefone, e ter acesso, ao mesmo tempo, às informações do computador. Outro foco nesse departamento é a falta de livros doutrinários que possibilite a pesquisa. Incrível constatar, que em um setor tão importante, não exista suporte de informação legislativa. Uma biblioteca setorializada, seria ideal nesse andar, por comportar também os pareceristas. Dessa forma, os fiscais evitariam ter que tirar, do próprio bolso, recursos para terem acesso a esse tipo de informação, que seria de competência da Sefaz.

LEGISLAÇÃO – Qualificação é o mais importante

Os fiscais que fazem parte do setor de legislação têm um consenso: qualificação é o mais importante. Segundo eles, deveria haver um plano de qualificação efetivo por área de atuação específica. Sentem também deficiência na estrutura física, em relação aos móveis, como mesas, cadeiras. Faltam doutrinas e os códigos básicos para a pesquisa diária.

SETOR DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Diferente de grande parte da categoria, o setor de Importação e Exportação não apresentou grandes problemas. Para os servidores locais, as condições estão boas, e eles chegam também a dispensar cursos. Utilizam recursos próprios para suprir a demanda de pequenos materiais, como canetas, lápis, mas não encontram problemas nisso. A demora no atendimento por parte da administração foi dessa vez, o problema mais discutido.

SMEF - SUPERINTENDÊNCIA DE MONITORAMENTO DE DADOS ECONÔMICOS FISCAIS – Faltam armários e segurança

No setor de SMEF, dois são os maiores problemas: faltam armários para guardar os processos e um monitoramento de quem entra e sai na sobreloja. A falta de segurança é um fator que gera perigo para os servidores - pois já houve caso de um contribuinte nervoso agredir um servidor - e para os processos, que por falta de armários com tranca, ficam expostos em cima de mesas. Com relação aos suprimentos enviados pelo almoxarifado, eles reclamam das capas para processos, pois nunca enviam a quantidade que

eles solicitam, e quando enviam, atrasam na entrega. Como a maioria dos servidores nos outros setores, quando questionados sobre capacitação, reclamam que se inscrevem nos cursos oferecidos pela Sefaz, mas não recebem retorno. Achem necessário o curso de Access, para melhor desempenho de suas funções. Consideram que a falta de informação e capacitação dos servidores das Agências acaba prejudicando as rotinas de trabalho da Sefaz, porque não orientam o contribuinte adequadamente.

ARRECADAÇÃO – Falta pessoal

A começar pelo maior problema: quantitativo de auditores insuficiente. No setor de arrecadação, os servidores não têm condições de se ausentarem para cursos, grupo de trabalho, e até mesmo férias, pois não têm quem possa substituí-los. Outro problema diagnosticado, com

mais ênfase nesse setor, é a questão do pessoal da informática. A informática veio para a Sefaz, mas o pessoal não faz parte do quadro. Se esses profissionais fossem da carreira, na área de informática, eles teriam capacidade de desenvolver programas que atendessem às necessidades da

fiscalização. Os poucos profissionais de informática existentes dão conta somente da manutenção. Quanto aos equipamentos, consideram as máquinas boas, mas muitos servidores não possuem o conhecimento do funcionamento dos programas, falta treinamento para lidarem com

os programas essenciais, como o SIT. Solicitam capacitação na área de arrecadação, participação em congressos e encontros do pessoal da área. Adequação de sistema para que os pagamentos feitos em dinheiro reflitam na base de dados da Sefaz, em tempo real.

GEFIS – Demora da Subsad e capacitação são os maiores problemas

Registram que a Subsecretaria de Administração não atende as demandas em tempo hábil por falta de planejamento. Pedidos não atendidos e outros atrasados, feitos há um ano e meio, chegando somente agora, o que prejudica o andamento dos trabalhos. Aham que um gestor do grupo TAF na área administrativa seria ideal, porque conhecem a rotina da Sefaz e podem priorizar aquelas de-

mandas mais urgentes. Outros consideram que a falta de capacitação reflete negativamente dentro da Sefaz e os poucos cursos oferecidos não atendem as necessidades da função. Falta uma política de recursos-humanos com treinamentos permanentes. Para eles, a melhor qualificação gera um desempenho de maior qualidade e rapidez na Sefaz.

AGÊNCIA DE VILA VELHA – Sem cadeiras para os contribuintes

Entre os problemas comuns a praticamente todos os setores da fazenda, como a falta de pessoal, de capacitação, uma coisa que incomoda os servidores da Agência de Vila Velha é a falta de cadeiras. Elas estão precárias, quebradas, e correm o risco de cair a qualquer momento, podendo ferir algum contribuinte. Também consideram que a falta de orientação aos contadores acaba gerando problemas dentro das Agências, um treinamento para eles seria essencial. Registram a necessidade de curso de capacitação na área de atuação, como p.ex, curso de cadastro – SAC.

Os auditores reforçam a necessidade de capacitação permanente em legislação tributária, face as inúmeras atualizações. Gostariam de ter reciclagem constante, cursos rápidos e práticos, de acordo com a área de atuação de cada um. Consideram que as diferentes interpretações acerca da legislação são o maior problema, e que deveria haver um suporte melhor do setor tributário. A falta de profissionais com conhecimento de informática e a demora no atendimento por parte da administração também foram problemas destacados.

AGÊNCIA DE CARIACICA – problemas resolvidos ou adiados?

A Agência de Cariacica, depois de um período muito difícil, parece que teve seus problemas resolvidos. Com a mudança de local, prevista ocorrer no mês de dezembro, para um prédio escolhido pelos gestores da agência, e a chegada de equipamentos novos, eles alegam que a rotina ficou mais tranquila. Mesmo assim, nem todos foram contemplados, e existem servidores que ainda encontram problemas com equipamentos obsoletos, sistemas precários e falta de pessoal. Consideram que um problema da Agência é o fato dos contratados não terem conhecimento da legislação, e que isso deveria ser obrigatório para quem trabalha na local. Registram como necessário a uniformidade dos procedimentos nas Agências e orientação anterior a implementação de novas rotinas previstas na legislação.

CACHOEIRO – Estrutura física é o maior problema

Agência

A Agência de Cachoeiro tem na estrutura física seu maior problema. Pouco espaço para comportar os contribuintes e funcionários da agência. Não existem cadeiras, mesas e nem computadores para todos. A rua é movimentada, os contribuintes não têm como estacionar ou parar e não existe acesso para deficientes físicos. As instalações sanitárias estão em péssimas condições e são insuficientes para o número de funcionários que existe. Nesse mesmo local, são emitidas várias taxas de órgãos públicos, elevando ainda mais o número de contribuintes que circulam na Agência. Também não possuem espaço para arquivo de processos. A pequena sala que existe já não comporta mais. Existem processos e papéis empilhados por toda agência, obstruindo o acesso ao

extintor de incêndios. Informam que existem locais apropriados na cidade para a mudança da Agência, e que a Secretaria já está ciente, porém até o momento nenhuma providência foi tomada. Aliados a deficiência do espaço, estão os problemas causados pelo corte da verba de suprimentos imediatos, que era destinada às Agências. Suprimentos de primeira necessidade como a água mineral e café eles compram com dinheiro arrecadado na venda de papel picado (notas antigas e papéis). Quanto ao atendimento da administração, eles alegam não ter problemas, pois tem um bom planejamento. A única dificuldade foi à falta de um tonner para a impressora, que por isso, está parada, sem utilidade. Enquanto isso, eles têm que concentrar todos os trabalhos em uma outra impressora, que se vier a ter problemas, param as

atividades da Agência. Em relação à legislação, o entendimento diferenciado acaba criando impasses entre os diversos setores da Sefaz. Eles não têm uma atualização adequada, nem capacitação, para que esse entendimento seja único em todos os setores. Gostariam de ser capacitados na área de direito tributário, legislação tributária, direito administrativo, direito comercial, processo civil e penal. Pedem o treinamento no próprio município. Reclamam do atendimento do Dief, que é demorado e muitas vezes não corresponde às expectativas.

Gerência

A Gerência de Cachoeiro está localizada na parte superior da Agência. O prédio gera muitas discussões e problemas, porque tem muitas escadas e dificulta o acesso dos

contribuintes e dos próprios fiscais. Falta espaço, e, os processos que chegam ficam entulhados dentro das salas dos fiscais. Para auditoria de estabelecimento são poucos os fiscais, atualmente, sete AFRE'S II e um plantonista para atender os 28 municípios da região Sul. Alguns AFRE II reclamam que entraram para a auditoria sem fazer treinamento. Necessitam de cursos práticos de auditoria e de processo administrativo fiscal, e consideram o curso de legislação fundamental para o exercício da função. Identificam também como necessários os curso de direito administrativo, penal e processo civil. Reclamam do SIT, que para a maioria é um sistema precário e arcaico. Quanto aos suprimentos, reclamam somente da demora no atendimento pela Subsad em Vitória.



AGÊNCIA DA SERRA – A sobrecarga de trabalho

Na Agência da Serra, o que mais falta é pessoal. Embora tenham um contingente de 23 funcionários, somente seis pertencem ao grupo TAF. Segundo eles, essa falta de pessoal é o maior problema, porque gera uma sobrecarga nos servidores, que muitas vezes acabam cometendo erros em processos, na preocupação de respeitar prazos. Quanto à estrutura física, estão satisfeitos com o local, embora já tenham solicitado uma obra para a rede de esgoto, que vem apresentando problemas. O sistema de comunicação entre eles apresenta problemas pela falta de um 'PABX'. "Às vezes temos que levantar de uma mesa e ir até outra para atender um telefonema, e isso acaba atrasando". E quanto ao POP, consideram que precisa de uma reformulação, porque sempre interpretam de forma diferenciada nas agências.

PEDRO CANÁRIO

No Posto de Pedro Canário, os maiores problemas são estruturais. Relataram problemas na pista de rolamento, que está afundando e deficiência de iluminação. Alegaram que a cobertura de telhas tem que ser substituída, porque está causando infiltrações. As fossas estão saturadas, e são necessárias novas aberturas. Solicitam que seja construído um quarto com banheiro somente para as mulheres.

Agência

A Agência de Colatina possui um efetivo que supre a demanda de atendimento. São dois fiscais, um AFRE I e um AFRE II, um auxiliar fazendário, quatro auxiliares administrativos e dois estagiários. Não reclamam da estrutura física da Agência, e quanto a equipamentos, receberam alguns computadores, mas não a quantidade requisitada. Para os fiscais desse local, o SIT melhorou um pouco, mas o

treinamento e cursos, como o de português, e de informática.

Gerência

A gerência de Colatina concentra muitas reclamações de condições de trabalho. O prédio é antigo, o ambiente é úmido e concentra muito mofo. A parte elétrica é muito antiga e gera muitos problemas, pois são muitos fios espalhados e embolados. Não possui estacionamento próximo,

LINHARES – “A linguagem tem que ser a mesma”

Agência

Na Agência de Linhares o trabalho é tranquilo. Não tem muitos problemas em termos de pessoal, a equipe é boa, bem treinada, e os contratados atendem bem. O espaço físico era um problema que já está sendo resolvido, com a reforma que está em andamento na Agência. Dessa forma, o tamanho passará a ser o ideal para o atendimento aos contribuintes. Havia demora no suprimento por parte de Vitória, mas alegam que de uns quatro meses pra cá, essa demora foi sanada. Os computadores foram trocados, conforme solicitado. O que consideram um problema é o sistema SIT, que quando fica fora do ar prejudica todo o trabalho da agência. Consideram que se a legislação fosse atualizada constantemente pelo SIT, não haveria tantos problemas. O POP não funciona, e deveria ser reformulado para atender as necessidades da Agência. Reclamam também que as Agências não são informadas rapidamente acerca das mudanças da Legislação, então, muitas vezes, o contribuinte sabe mais rápido que o servidor, e isso atrapalha o trabalho. Não consideram o SOT um serviço de orientação porque muitas vezes solicitam e não tem retorno. Gostariam de um serviço de orientação exclusivo para as agências, isso contribuiria para unificar o entendimento da legislação.

Gerência

Na Gerência de Linhares, necessitam o quanto antes de pessoal, porque existem muitas empresas a serem auditadas, e poucos fiscais para atenderem a essa demanda. Registram a existência de empresas que não são fiscalizadas há cinco ou até 10 anos. Sentem necessidades de cursos para o desempenho da função, mas cursos mais consistentes e práticos. Precisam ser atualizados mensalmente acerca das mudanças na legislação. Criticam o excesso de cobrança, em vista da pouca instrução que recebem. Deveria haver um workshop permanente sobre a legislação no próprio município. Os fiscais volantes reclamam dos veículos precários e da quantidade de equipamentos disponibilizados para auditoria. Possuem somente dois notebooks e uma impressora grande que não tem como carregar durante as visitas. Esse material é para atender sete fiscais. Para os fiscais de estabelecimento, o novo espaço físico em obra não irá solucionar o problema, porque não prevê ambiente para arquivo. Outro problema citado é a presença de fiscal de prefeitura na volante, cujo espaço é privativo de servidores do grupo TAF.

COLATINA - “Falta espaço para trabalhar”

cadastro de produtor rural sobrecarregou o sistema. Quanto à capacitação, consideram que os auxiliares administrativos são quem necessitam de

treinamento e cursos, como o de português, e de informática. e não têm espaço para colocar as mercadorias apreendidas e processos tributários. Eles sugerem a mudança para o local onde funcionava a Escola de 1º e 2º Grau Conde de Linhares, que comportaria a agência e a gerência. Quanto a equipamentos, os AFRE II não reclamam, mas os AFRE I só possuem um computador antigo, que tem que ser dividido para o uso de oito pessoas, que estão na fiscalização. Eles também reclamam que tem que ocupar um espaço muito pequeno de aproximadamente 15 m², dividindo uma única mesa redonda, em uma sala que já possui pelo menos três pessoas trabalhando. Os auditores ainda têm que dividir dois

notebooks para a volante. “Deveriam existir pelo menos três terminais de computadores para todos”. Dessa forma, consideram o espaço físico o maior problema. Questionam a necessidade de ter notícia-crime anexada aos autos de infração emitidos, porque não deveria ser uma atribuição do fiscal, e sim de um procurador. Pedem capacitação em Auditoria Fiscal, Audit, Arquivo Magnético/SINTEGRA e um manual de capitulação para o Processo Administrativo Fiscal, que seja realizada na própria região, e não em Vitória. Gostariam que houvessem seminários de discussão sobre temas atuais e polêmicos na área tributária.



AGÊNCIA BARRA DE SÃO FRANCISCO

Na agência de Barra de São Francisco os móveis estão precários, na cozinha, é necessário um fogão novo. Para a auditoria só existe uma viatura, que não atende a todas as necessidades. Os auditores reclamam também da atuação de agentes do NAC (Núcleo de Atendimento ao Contribuinte), que se fazem passar por fiscais da Sefaz.

AGÊNCIA DE SÃO MATEUS

Em São Mateus foram registrados pelos servidores os problemas gerados pelas obras que não foram finalizadas no ambiente interno da Agência. Também nessa Agência, os agentes do NAC foram motivo de reclamação, pelo mesmo problema apresentado em Barra de São Francisco.

ENTREVISTA COM SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Em reunião com o Subsecretário Júlio César Barbosa, em 30 de outubro na Sefaz, a diretoria do Sindifiscal colocou em pauta alguns dos principais problemas destacados durante as visitas aos locais de trabalho, inerentes à Subsecretaria de Administração. Segundo o subsecretário, um dos motivos da demora no suprimento dos diversos setores da Sefaz, é que para que as demandas sejam melhor atendidas, é necessário que cada departamento faça seu planejamento contemplando ao máximo todas as suas necessidades. Solicita que os setores peçam as quantidades corretas de material que será usado o ano inteiro, como papel, tonner, bobinas de fax e etc. Outro motivo que impede que os pedidos sejam atendidos mais rapidamente são os processos licitatórios, que são demorados, particularidade do Serviço Público.

A Administração tem como objetivo contratar uma firma para fazer o levantamento de tudo que é necessário nos setores da Sefaz, e pretende também contratar uma outra empresa de manutenção preventiva para as Agências, Postos Fiscais e demais setores. Ele alega que todas as solicitações devem ser feitas o mais rápido possível, e que os servidores não devem deixar acumular acertos. Quanto mais acumula, mais caro é o custo da manutenção, que dependendo do valor passa a exigir licitação.

Quando questionado acerca do Posto Fiscal de Santa Cruz, ele disse que esse posto ficou 12 anos sem manutenção, e os problemas foram se acumulando ao longo do tempo. Alega que pegaram a estrutura desmantelada, e afirma que enquanto o novo posto não fica pronto, estão realmente “tampando buracos”.

NECESSIDADES COMUNS NA PESQUISA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO

Entre os meses de outubro e novembro de 2006

1. Divulgação em 2006 da grade de cursos a serem oferecidos em 2007 pela Gedef;

2. Manual contendo capitulação para Processo Administrativo Fiscal;

3. Seminários de discussão, para uniformizar o entendimento na Sefaz, acerca das mudanças na Legislação Tributária;

4. Capacitação permanente em áreas específicas de acordo com a função exercida, com cursos práticos e em profundidade;

5. Capacitação permanente em Legislação Tributária para todos os servidores do grupo TAF;

6. Cursos considerados imprescindíveis: SIT, legislação, AUDIT, PROCAF, ECF, SEP, DIF, ITCD, SINTEGRA/Arquivo Magnético, Nota Fiscal Eletrônica, SPED, Processo Administrativo Fiscal geral e um mais
7. Realização dos cursos no interior para os servidores localizados na região;

8. Reforçar o Serviço de Orientação Tributária, dando suporte técnico e treinamento específico para os mesmos;

9. Adequação do manual de procedimento das agências e atualização permanente;

10. Disponibilizar um serviço de apoio exclusivo aos pareceristas de todo o estado;

11. Disponibilizar um serviço de orientação tributária para os servidores em geral, mais eficiente, cujo entendimento seja uniforme na Tributação (SUJUP – Pareceristas, SUL-ET, elaboração de lei, SOT);
12. Modernização do Sistema de Informação Tributária (SIT);

13. Restabelecimento da verba de suprimentos para as Agências;

14. Acesso para deficientes físicos nas repartições;

15. Instalação de um sistema de comunicação interna mais prático nas agências (PABX)

16. Padronização de qualidade de todos os ambientes físicos da Sefaz (Postos Fiscais, Agências e outros);

17. Horário de atendimento ao público nas Agências de acordo com as necessidades de cada região (horário escolhido por contribuintes/servidores: 12:00h às 17:00h);

18. Limitar a atuação do NAC, não permitir o trabalho junto com a fiscalização volante e a fiscalização de mercadoria em trânsito;

19. Ascensão e concurso Público;
20. Melhor distribuição de pessoal na Sefaz com observação das habilidades;

21. Rever o sistema de julgamentos de processos de 1º Instância, em relação ao tempo gasto na análise de cada processo, a fim de torná-lo mais eficiente;

22. Cobrança administrativa do crédito tributário, decorrente de processos não impugnados e declarados revéis, mais eficaz. Evitar a remessa para o arquivo quando não quitado.

23. Gestão da Dívida Ativa:

Em 30/09/2006, a dívida ativa registrava o valor de R\$ 3,2 bilhões, correspondente à cinco meses de arrecadação;

O valor recuperado em 2005 foi de apenas R\$ 39 milhões. O SINDIFISCAL solicitou à Secretaria da Fazenda o valor da arrecadação de 2006, mas não foi informado;

Todos os setores foram visitados entre os meses de outubro e novembro, podendo, então, ter tido alguma das necessidades relatadas pelos servidores, contempladas nesse período de tempo.

ASCENSÃO – VIA CRUCIS

A ascensão funcional tem sido manipulada pelos que a promovem e tem o poder de atribuir pontos aos quesitos estabelecidos. Isto de acordo com seus próprios interesses. Quem se lembra da primeira que aconteceu por volta de abril de 1992, na qual curso de ARTE CULINÁRIA VALEU COMO TÍTULOS! Cursos de “Ana Maria”, só na SEFAZ!

Depois de 12 ANOS, em 2004, nos vimos diante de outra oportunidade, mas que vergonha! Além do lapso de tempo absurdo, escândalos maiores estavam por vir. Nesta última ascensão assistimos a Gerência de Desenvolvimento Fazendário atribuir pontos a PERÍODO DE TEMPO EM CARGO COMISSIONADO, por ser o meio de favorecer os de “igual condições”. Esta última ascensão, foi manipulada para que os “apadrinhados” galgassem seus objetivos, passando por cima de tudo e todos, pois “quem não teve padrinho morreu pagão”.

Mas as surpresas não param. A lei estabelece que havendo sobrado vagas no NÍVEL III (AFRE-III), Seria aberto processo complementar e chamados os do NÍVEL I (AFRE-I) para assumirem as vagas. Sobraram 04 (quatro) e então deveriam ter convocado, por ordem:

JOCIMAR ALVES DE SOUZA,
NEUZA RODRIGUES BITTENCOURT,
MARISA HEMERLY RAINHA,
LAERTE NICOLAU ARONI.

Porém, com objetivo não muito transparente, a SEFAZ baixou portaria para dar início ao “tal processo complementar”, para que todos reapresentem seus documentos a fim de fazer uma nova seleção, ficando claro, a intenção de impedir o acesso do AFRE-I de conquistar espaço e manter no alto da pirâmide só os de Cargos Comissionados. Porém, o que nos deixa mais atônitos é observar que o Secretário se deixa conduzir por um grupo maquiavélico, que evidentemente está usando a portaria nº. 15-R, de abril/2004, para usurpar direitos, pois não precisamos esclarecer que não é lógica a referida portaria que só foi editada para confundir e facilitar a ação dos manipuladores.

Digno de atenção é o parecer da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO quando entendeu possível a participação do AFRE-II neste processo, pois por se tratar da continuação daquele, no qual já consta a classificação de todos, não comporta a participação dos AFRE-II que desistiram das vagas no NÍVEL-III. Além de ser imoral é totalmente ilegal reivindicar direito renunciado.

Digno de destaque ainda, é a decisão que estabelece: “O exercício de CARGO EM COMISSÃO somente poderá constituir critério de pontuação se o cargo em referência é destinado, por lei, a servidores de carreira da SEFAZ e desde que exista uma CABAL demonstração de PERTINÊNCIA entre ele as funções a serem desempenhadas no cargo pleiteado”. Absurdo, esses cargos não são ocupados por mérito, mas por “QI” e pior nas entrelinhas do parecer consta que: “... Para tanto, imprescindível o detalhamento das atribuições funcionais do AFRE-III e dos cargos comissionados, para que se possa aferir essa pertinência.”

Em primeiro lugar, já existem, discriminadas em lei, as funções do AFRE-III, e em segundo, sabemos que essas 04 (quatro) vagas são exclusivamente para pareceristas, e nenhum Cargo Comissionado tem correlação com essa função. Portanto, estabelecer estes critérios neste momento, só leva a INVENTAR os favoráveis aos inescrupulosos.

Estabelece ainda, o parecer:

“O treinamento ofertado pela Secretaria de estado da Fazenda apenas poderá ser considerado para fins de pontuação, mediante prévia comprovação de que o seu acesso fora possibilitado de forma isonômica a todos os concorrentes...”

Louvável, se não concluísse: “Portanto, para fins de aferição desse critério competirá ao Consulente a comprovação prévia e formal de que os cursos foram disponibilizados a todos... seja porque, embora não houvesse quantidade suficiente {de vagas}, procedeu-se com critério justo e objetivos DE ELEIÇÃO”.

Isto porque, estamos diante de pessoas que deturpam leis, por que não deturpariam um parecer. Pergunta-se: Por que eleição? Este critério, embora a Procuradoria diga

que deve ser justo e objetivo, não daria asa a imaginação dos manipuladores?

Não há dúvidas de que o critério terá que ser pautado na legalidade, moralidade e impessoalidade, sob pena de ferir princípios fundamentais, abraçados na Constituição Federal, pois o ato discricionário não pode ser confundido com ato arbitrário, devendo estar conforme os limites da lei.

Precisamos ter cuidado e fiscalizar estas e outras ascensões para que a SEFAZ não venha a estabelecer critérios que melhor favoreça os apadrinhados elitizados. Pois, quando houve critérios justos na SEFAZ?

Assim, desrespeitando o princípio da legalidade, da MORALIDADE, pois a portaria fere direito adquirido pelo AFRE-I que deveria ser chamado para preencher a vaga do nível III.

Sem dúvida alguma a SECRETARIA DA FAZENDA não é um órgão sério! Faz um contrato com uma instituição, PENSAMENTO INSTITUTO DE PISCOLOGIA, com dinheiro do povo, alegando que é para nos ajudar a vencer a dificuldade do dia a dia, melhorando nossos relacionamentos no local de trabalho, mas em contra partida, cria facções, grupos de extermínio emocional. Pois quem está há 21 (vinte e um) anos em postos fiscais, no combate corpo a corpo com os contribuintes, sem chance de mudar, poderá ser pessoa tranqüila, realizada profissionalmente? Temos consciência que estão nos fazendo lavagem cerebral para melhor engolirmos os sapos, elefantes e monstros dos mandos e desmandos de quem pode manipular!

Convidamos você que esteja disposto a lutar, não pelos seus direitos, mas pelo direito de todos à igualdade de condições e oportunidades, a lutar contra as afrontas a dignidade daqueles que há anos labutam contra uma elite que desconhece o verdadeiro valor da ética, direito e justiça e governam a SEFAZ como donos do nosso destino.

Cachoeiro de Itapemirim, 25 de novembro de 2006.

Marisa Hemerly Rainha
AFRE-I

Balancete - Setembro 2006

Saldo anterior



Caixa	110,75
Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	13.246,27
Banestes Cta 6.193.023	233,39
Banestes Aplic.	71.547,88
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	101.980,00
TOTAL	199.412,26

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados	1.881,23
Receita Efetiva	87.640,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.049,85
TOTAL	91.571,08

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

COOPFISCO	0,00
Imóveis	10.591,97
TOTAL	10.591,97

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	4.228,63
F.G.T.S.	1.514,97
TOTAL	5.743,60

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/ Salários	1.592,12
PIS S/Salários	175,35
TOTAL	1.767,47

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.283,92
Contribuição Sindical	104,00
Despesas C/Estagiários	186,56

Salários	13.053,23
Vale Transporte	877,80
Vale Refeição	2.777,95
TOTAL	18.283,46

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Administrativos	11.413,00
Serviços Prestados Assist. Contábil	793,00
Serviços Prestados Assess. de Imprensa.	600,00
Serviços Prestados Depart. Jurídico	1.000,00
Serviços Prestados Limpeza / Conservação	0,00
Serviços Prestados Assess. E Consultoria	0,00
TOTAL	13.806,00

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	275,00
Água e Saneamento	271,78
Assinatura SKY	255,03
Aluguel de Imóveis	739,77
Combustível	1.924,60
Condomínio	630,00
Condução	1.019,93
Contribuição Fenafisco	2.472,82
Correios	297,15
Despesas C/Estacionamento	336,00
Despesas C/Veículos	551,15
Despesa C/Floricultura	161,00
Despesas Diversas	350,00
Energia	2.791,50
Festividades e Confraternizações	1.331,00
Instalações	309,50
Impostos e Taxas Depart. Jurídico	5,32
Jornais e Revistas	359,10
Limpeza / Conservação	561,80
Material de Consumo	952,67
Material de Escritório	637,04

Material de Higiene/Limpeza	489,54
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	600,00
Máquinas e Equipamentos	1.425,00
Multas / Juros	316,37
Reembolso Despesas/Viagens	73,85
Repasse COOPFISCO	428,13
Refeições/Lanches	2.962,06
Seguros	427,77
Telefone	3.685,30
TOTAL	26.640,18

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	597,16
TOTAL	597,16

Saldo Banco/Caixa



Caixa	0,00
Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	23.776,45
Banestes Cta 6.193.023	1.905,35
Banestes Aplic.	73.597,73
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	101.980,00

TOTAL 213.553,50

TOTAL 290.983,34

Vitória-ES, 30 de Setembro de 2006

Moacyr Edson de Angelo

Moacyr Edson de Angelo
Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Balancete - Outubro 2006

Saldo anterior



Caixa	0,00
Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	23.776,45
Banestes Cta 6.193.023	1.905,35
Banestes Aplic.	73.597,73
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	101.980,00
TOTAL	213.553,50

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados	1.845,46
Receita Efetiva	87.460,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	763,29
TOTAL	90.068,75

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Imóveis	10.699,40
TOTAL	10.699,40

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	3.708,58
F.G.T.S.	1.474,47
TOTAL	5.183,05

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/ Salários	1.592,12
PIS S/Salários	161,34
TOTAL	1.753,46

DESPESAS C/PESSOAL

13° Salário	6.847,26
Assistência Médica	1.283,92
Contribuição Sindical	104,00
Despesas C/Estagiários	350,00

Férias e Rescisões	3.247,90
Salários	12.711,51
Vale Transporte	955,29
Vale Refeição	2.759,15
TOTAL	28.259,03

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	793,00
Serviços Prestados Assess. de Imprensa.	600,00
Serviços Prestados Depart. Jurídico	1.000,00
Serviços Prestados Assess. E Consultoria	11.413,00
TOTAL	13.806,00

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	405,15
Água e Saneamento	409,25
Assinatura SKY	149,33
Aluguel de Imóveis	734,38
Combustível	1.368,97
Condomínio	630,00
Condução	30,00
Contribuição Fenafisco	2.204,00
Correios	2.772,45
Despesas C/Estacionamento	339,00
Despesa C/Floricultura	366,50
Despesa C/Gráficas	1.872,00
Despesas Diversas	500,00
Energia	2.743,00
Frete	380,00
Instalações	945,39
Impostos e Taxas Depart. jurídico	8,46
Limpeza / Conservação	450,00
Material de Consumo	57,73
Material de Escritório	756,50
Material de Higiene/Limpeza	604,78
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	401,15

Máquinas e Equipamentos	1.701,70
Multas / Juros	26,93
Pedágio	75,00
Reembolso Despesas/Viagens	160,63
Repasse COOPFISCO	428,13
Refeições/Lanches	1.276,54
Seguros	93,46
Telefone	4.713,18
TOTAL	26.603,61

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	468,49
TOTAL	468,49

Saldo Banco/Caixa



Caixa	14,30
Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	26.412,48
Banestes Cta 6.193.023	1.787,44
Banestes Aplic.	74.361,02
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	101.980,00
TOTAL	216.849,21

TOTAL 303.622,25

Vitória-ES, 31 de Outubro de 2006

Moacyr Edson de Angelo

Moacyr Edson de Angelo
Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Saldo anterior

Caixa	14,30
Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	26.412,48
Banestes Cta 6.193.023	1.787,44
Banestes Aplic.	74.361,02
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	101.980,00
TOTAL	216.849,21

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados	2.546,28
Receita Efetiva	87.300,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	632,33
TOTAL	90.478,61

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Imóveis	10.817,41
TOTAL	10.817,41

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	5.714,94
F.G.T.S.	2.308,29
TOTAL	8.023,23

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/ Salários	1.704,09
PIS S/Salários	187,43
TOTAL	1.891,52

DESPESAS C/PESSOAL

13º Salário	45,12
Assistência Médica	1.521,93
Contribuição Sindical	93,59
Férias e Rescisões	13.840,73

Salários	11.690,74
Vale Transporte	937,90
Vale Refeição	4.144,58
TOTAL	32.274,59

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	1.586,00
Serviços Prestados Assess. de Imprensa.	350,00
Serviços Prestados Depart. Jurídico	1.500,00
Serviços Prestados Assess. E Consultoria	11.413,00
TOTAL	14.849,00

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	281,97
Água e Saneamento	426,58
Assinatura SKY	255,03
Aluguel de Imóveis	750,49
Aluguel de Mesas / Cadeiras	1.600,00
Combustível	1.319,52
Condomínio	625,00
Condução	97,29
Contribuição Fenafisco	7.133,12
Correios	2.651,15
Cópias e Autenticações	19,70
Despesas C/Estacionamento	343,00
Despesa C/Floricultura	116,00
Despesa C/Gráficas	4.428,00
Despesas Diversas	500,00
Despesas C/Bar Sede Social	1.822,50
Energia	2.416,20
Instalações	512,66
Impostos e Taxas Depart. Jurídico	221,32
Limpeza / Conservação	542,00
Material de Consumo	931,40
Material de Escritório	328,50
Material de Higiene/Limpeza	17,17

Manutenção de Máquinas e Equipamentos	495,00
Máquinas e Equipamentos	1.701,70
Multas / Juros	285,73
Pedágio	81,00
Reembolso Despesas/Viagens	4.188,26
Repasse COOPFISCO	428,13
Refeições/Lanches	953,57
Seguros	93,46
Telefone	2.576,13
TOTAL	38.141,58

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	693,23
TOTAL	693,23

Saldo Banco/Caixa

Caixa	40,00
Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	20.563,46
Banestes Cta 6.193.023	766,48
Banestes Aplic.	64.993,35
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	101.980,00
TOTAL	200.637,26

TOTAL

TOTAL	307.327,82
--------------	-------------------

Vitória-ES, 30 de Novembro de 2006


Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Lançamento Cartão Múltiplo Cooperativo

A Coopfisco está de parabéns! É a primeira cooperativa do Estado a fazer parceria de convênio de cartão débito/crédito cooperativo com o Banco do Brasil.

O lançamento do cartão aconteceu no dia 25/11/2006 no Restaurante Maison Belas Artes em Cachoeiro de Itapemirim. Para abrilhantar o evento foram convidadas autoridades do município de Cachoeiro e também todos os associados residentes na região sul.

O motivo da escolha do local foi que a região sul congrega grande número de municípios, e conseqüentemente expressivo número de servidores Estatutários da Administração Direta, público alvo para futuros “cooperados” da cooperativa. E também a intenção de instalar naquele município um posto de atendimento Coopfisco.



A diretoria do Sindifiscal e da Coopfisco, representantes da OCB/ES, CECOOPES, Banco do Brasil, e prefeito de Cachoeiro prestigiaram o evento



Com este lançamento a Coopfisco passa a oferecer para seus associados todas as facilidades de um atendimento bancário personalizado como conta corrente, empréstimo, cheque especial, pagamento de títulos e ainda saque em qualquer banco 24 horas ou agência do Banco do Brasil no país e no exterior: Portugal e Estados Unidos.

“E tudo começou com uma multa...”

A maioria dos escritores, músicos, bailarinos, enfim artistas em geral têm uma história para contar sobre como descobriu seu talento pela arte. Uns por influência dos pais ou familiares, outros dizem que já nasceram com o dom. Carlos Arthur Schwarz tem uma história bem particular, descobriu que poderia ser escritor ao ser multado pelo Detran. Curioso, não é?

A história começa no primeiro semestre de 1999, quando Carlos foi multado no trânsito e recorreu na justiça. Ele conta que foram 385 dias de lutas e aborrecimentos, para receber o valor pago indevidamente. “No decorrer do processo protocolei um recurso solicitando ao diretor do Detran providências enérgicas. Fui atendido em cinco dias.” Deste episódio surgiu a idéia de escrever um artigo que foi publicado no jornal A Gazeta, em 20 de março de 2000, com o título “Detran”.

Dá em diante nasce o escritor Carlos Arthur Schwarz. Sangue de artista ele já tinha, seu pai Francisco Schwarz, é autor de três livros: Município de Santa Leopoldina, Município de Santa Maria de Jetibá e Famílias de Santa Leopoldina. Além de escritor, Sr. Francisco Schwarz foi artista plástico com mais 900 obras produzidas. Quando perguntamos se foi influenciado pelo pai, Carlos Arthur responde imediatamente: “Naquela época eu nem imaginava que um dia escreveria alguma coisa”.

Carlos Arthur conta que para publicar o primeiro artigo chegou a escrever 20 páginas. Foi reduzindo até chegar ao tamanho exigido pelo jornal. “Hoje é mais fácil, penso em um assunto

e o texto sai facilmente”. Ficou tão fácil escrever que, em 2003, publicou o livro “Pequenos trechos geralmente baseados na vida cotidiana” reunindo 208 artigos. E atualmente já possui material para outro livro com mais de 500 artigos.

“Minha mãe, minha esposa, meus filhos, ninguém desconfiava que eu estava fazendo um livro. Quando ficou pronto fui na editora, peguei 10 exemplares e coloquei em cima da mesa de casa. Minha filha ficou super feliz quando viu. Foi uma festa!”. Ele conta que publicou o livro para presentear os amigos e familiares. E assim o fez, distribuiu mais de 180 livros.

Apesar do retorno não ter sido o esperado, “nem 5% das pessoas deram um retorno para dizer se gostaram do livro”, valeu a pena o investimento. E atualmente está empenhado em seu novo projeto que é escrever um livro sobre a vida de seu pai Francisco Schwarz.

Conversando com Carlos Arthur descobrimos outro talento, já publicou mais de 400 palavras cruzadas para a Revista Coquetel. “Prefiro fazer a matar palavras cruzadas”.

Seus artigos também já ultrapassaram as fronteiras capixabas, além de A Gazeta e A Tribuna, Carlos Arthur escreve para o Jornal do Brasil, Folha da Manhã da cidade de Passos-MG e jornal do Estado de Santa Catarina.

Auditor fiscal aposentado, advogado e escritor. Seja com denúncias, agradecimentos, homenagens, Carlos Arthur Schwarz relata a vida cotidiana sem ofender ou magoar. Bendita a multa que despertou este talento!



Detran

Nos meses de fevereiro e junho de 1999, fui multado no trânsito. Tentei dialogar com os guardas do Detran e do município, mas eles foram treinados para dar a mesma resposta. “O problema é seu. Recorre”.

Ganhei os recursos por unanimidade. Com a decisão dos julgadores, eu me dirigia duas vezes por mês ao Detran para verificar se o depósito do ressarcimento havia sido feito na minha conta bancária, mas também, nesse caso, a conversa era a mesma “Estamos providenciando o depósito. Volta na semana que vem”.

Resolvi entrar com outro recurso, solicitando providência ao Diretor do Detran. Fui atendido cinco dias depois. Senhores leitores! A batalha só foi vencida 385 dias depois, para receber uma quantia que paguei indevidamente.

1º artigo de Carlos Arthur Schwarz – publicado em 20/03/2000 no jornal A Gazeta

Vitória

Em 1972, eu e vários servidores fomos removidos a pedido da Secretaria da Fazenda para prestarmos serviço ao Detran. No início de 2006, o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo, não reconheceu o tempo de serviço prestado ao Departamento Estadual de Trânsito pelo grupo TAF. O Sindifiscal, através dos advogados ajuizou processo administrativo (nº 33568553) que foi indeferido pelo Instituto. A batalha continuou e, finalmente, a assessoria jurídica do IPA-JM, reconheceu o tempo de serviço prestado. Meus parabéns aos funcionários do Sindifiscal pela vitória obtida em favor dos associados.

Artigo mais recente publicado no jornal A Tribuna em 09-12-2006.

Fisco brilha nas quadras

A Semana dos Servidores Públicos Estaduais promovida pelo governo do estado através da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo revelou vários talentos.

Na programação, além de apresentações musicais e ciclo de palestras o Sindifiscal destaca as competições esportivas e o desempenho de nossos atletas.

O voleibol feminino do Fisco disputou a final contra a equipe da Polícia Militar. Um jogo disputadíssimo e emocionante do começo ao fim, nossas atletas deram um show e ficaram com a medalha de prata.

Outro destaque das competições foi o colega Auxiliar Fazendário Thiago Venâncio, vice-campeão na categoria Tênis.

Aos atletas do Fisco os nossos parabéns!

Equipe de voleibol feminino

Dina Lopes - Auditora Fiscal
Júlia Miranda - Cargo Comissionado
Ketiny Valentim - Estagiária
Leyliane Wandekoke - Estagiária
Luciana Gadiolli - Auxiliar Fazendário
Maria Emília - Auxiliar Fazendário
Mariane Ramos - Estagiária
Michelle Loyola - Estagiária
Priscila dos Santos - Estagiária
Simone de Castro - Cargo Comissionado



Thiago Venâncio, auxiliar fazendário, vice-campeão na categoria Tênis



Equipe medalha de Prata do Fisco Estadual

Um fiscal sem medo de desafios

Sr. Almir Vieira Lima entrou para a fiscalização em outubro de 1953 como Auxiliar de Arrecadação. Com muito orgulho ele lembra que prestou concurso, passou em 4º lugar e logo foi nomeado. “Entrei no estado junto com Almir do Carmo, Dalton Zipinnotti, Amarílio Lunz, essa turma toda.”

“Lembro até hoje, quando passei no concurso tinha acabado de concluir o científico no Colégio Americano e meus colegas me perguntavam: Você tem coragem de trabalhar no meio do mato? E eu fui. E não me arrependo. Valeu a pena!”

A vida funcional de “Seu Almir” foi cheia de desafios. Seu primeiro local de trabalho foi na divisa de Baixo Guandu com Aimorés no Posto Fiscal conhecido como “Ponte do Mauá”. Não existia prédio, nem abrigo “eu ficava no meio da estrada e quando era preciso tinha que parar os carros acenando mesmo”. Quando necessário, o grupo escolar mais próximo servia de abrigo.

Ainda em Aimorés, trabalhou em Posto Mutum. As condições também não eram boas, Sr. Almir conta que tinha de dormir e fazer as refeições na casa de um colono.

Depois de um período foi trabalhar como auxiliar do Coletor em Baixo Guandu. “Quando Chiquinho assumiu o Governo do Estado mudou toda sua equipe, inclusive os inspetores e novamente fui transferido.”

Dessa vez Sr. Almir foi trabalhar em Alto Pancas, numa fazenda produtora de café na divisa de Minas Gerais, para impedir a saída de café sem fiscalização. E quando pensou que estava tudo bem, novamente foi para o “meio do mato”, transferido para o Posto Fiscal de Alto Cuparaque.

“Era o pior posto do Estado porque ficava numa região de contestado”. Sr. Almir tinha que prestar contas em Mantenópolis e viajava de 2 a 3 horas a cavalo carregando dinheiro arrecadado. “Era uma região muito deserta e perigosa em cada curva da estrada tinha uma cruz cravada no chão.”



Na época pediu ajuda ao deputado Luiz Batista para ser transferido. Só assim conseguiu retornar para Coletoria de Baixo Guandu onde ficou até 1959.

De Baixo Guandu, Sr. Almir foi trabalhar na recebedoria de Colatina. Era responsável pelo pagamento dos professores e também pelo recolhimento do imposto. Neste período também trabalhou no licenciamento e emplacamento de veículos.

Em 1967 aconteceu sua primeira promoção, assumiu o cargo de Coletor na Agência de Afonso Cláudio. Foi felicidade em dobro, além da promoção Sr. Almir estava em casa, sua terra natal. E ficou lá durante 10 anos.

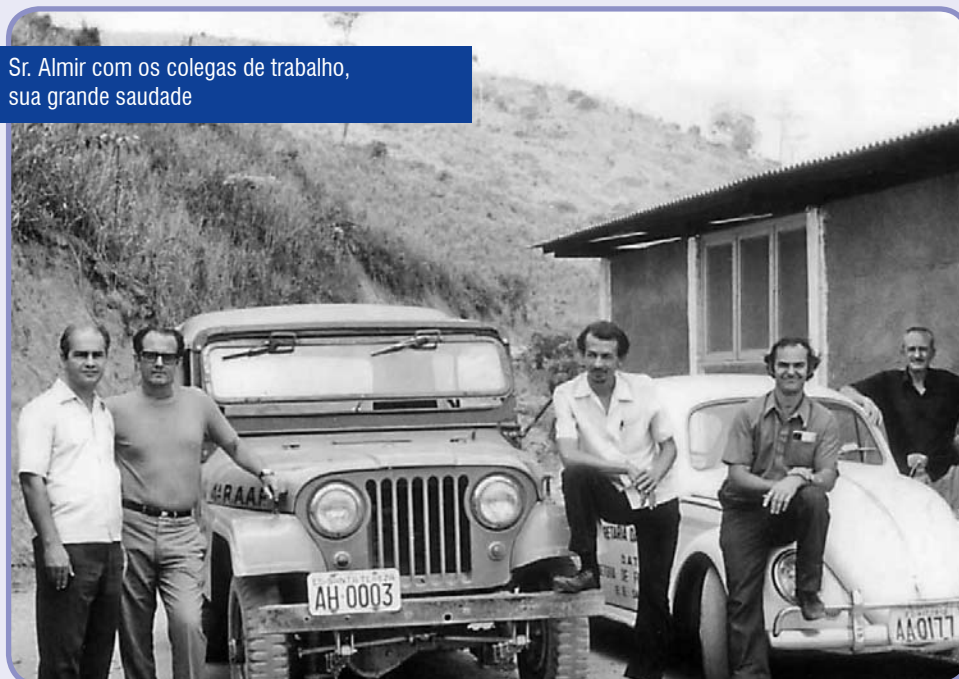
Após este período veio para Vitória e foi nomeado Chefe da Agência de Domingos Martins. Ficou morando em Vitória e trabalhando em Domingos Martins durante 4 anos.

Em 1980 assumiu a Agência da Serra e guarda uma boa recordação, foi em seu período como chefe que um antigo pleito dos colegas foi atendido: a construção do novo prédio da agência.

E após 37 anos e meio de trabalho dedicado exclusivamente ao Fisco Capixaba, Sr. Almir encerrou sua carreira. E completa que ainda deixou dois anos e meio de férias para trás.

Uma grande saudade são os amigos, “são muitos colegas que hoje não encontro mais, ficamos sem contato”. Para Sr. Almir, o trabalho apesar de pesado e de muita responsabilidade faz muita falta também. “Na agência da Serra eram muitos processos de empresas grandes, tínhamos que ter muito cuidado”. E Sr. Almir tem orgulho de ter encerrado sua carreira sem nenhum problema.

Hoje, aos 79 anos, Sr. Almir aproveita bastante a aposentadoria. Em 1996 fez uma viagem ao exterior. “Conheci a Terra Santa, o rio Jordão, tomei banho no Mar Morto, andei de camelo e também visitei a região de conflito na fronteira entre Líbano e Israel. Na Europa visitei Paris, o Palácio de Versalhes, o Vaticano e vários lugares que ficarão para sempre na memória.”



Sr. Almir com os colegas de trabalho, sua grande saudade

Cronograma de Pagamento 2007

Janeiro	26/01
Fevereiro	26/02
Março	26/03
Abril	27/04
Maio	28/05
Junho	27/06
Julho	27/07
Agosto	27/08
Setembro	27/09
Outubro	26/10
Novembro	28/11
Dezembro	21/12



IN

- ☺ A efetiva participação dos auditores e auxiliares fazendários nas visitas aos locais de trabalho.
- ☺ A conquista do 2º lugar no ranking estadual da turma de “empretecos” da Sefaz . Parabéns a todos os participantes, verdadeiros empreendedores!
- ☺ A justiça dos 4% . O Sindifiscal obteve sucesso em sua petição administrativa junto a Seger para os Auditores e Auxiliares Fazendários não optantes pelo regime remuneratório de subsídio.
- ☺ A graduação em Farmácia da colega aposentada Aldair Mariano da Cunha. Aposentada sim, inativa jamais!
- ☺ A equiparação do processo administrativo ao processo judicial reconhecida recentemente pelo STJ garantindo a segurança jurídica .
- ☺ A participação do auditor Getúlio Pimentel no Multirão de Natal 2006 promovido pela Rede Tribuna e Agência Adra. Só em Vitória, a arrecadação foi de 80 toneladas e 700 kg de alimentos, além de roupas, calçados e brinquedos.
- ☺ O envolvimento dos servidores da Gerência Tributária na Campanha dos Correios com doação de presentes a crianças carentes.

OUT

- ☹ Salários aumentados dos deputados e senadores em 90%. E o mínimo hein ?
- ☹ A mentira sobre a situação da previdência – o deficit ou rombo foi maquiado? E as explicações?
- ☹ Aprovação do SUPER SIMPLES – e o pacto federativo? Lula quer se apossar do Brasil?
- ☹ CPI dos sanguessugas : mais uma pizza indigesta na mesa da sociedade.
- ☹ É com pesar que comunicamos o falecimento de Iracy Ferraz Moulin em 23/09/2006; Marilene Sartório Prates, esposa do colega aposentado Carlos Ayrton Prates, falecida em 19/10/2006; Creuza Rodrigues de Souza em 16/11/2006; Artêmio Sarcinelli em 28/11/2006.